



Constituição da equipa operacional

António José Alves Chaves	– 1º ciclo *[1][7]
Gustavo Santos Batista	– 3º ciclo / membro da Direção *[6]
João António Florêncio Freitas	– 3º ciclo / secundário *[7]
Lígia Maria E. M. Costa Teixeira	– educação pré-escolar / Cons. Geral *[8]
Maria Beatriz Anunciação Martins	– 2º ciclo *[2][7]
Maria das Dores de Melo Paiva	– 2º ciclo / 3º ciclo *[3][7]
Maria José Chaves Teixeira	– 3º ciclo / secundário *[5]
Mário Arlindo Pereira Bragança	– ensino profissional *[4][7]

Coordenação: João Florêncio Freitas

- [1] Coordenador do Centro Escolar
- [2] Coordenadora da Escola Nadir Afonso
- [3] Representante dos coordenadores de ciclo
- [4] Coordenador da Formação Qualificante
- [5] Coordenadora do Projeto Educação para a Saúde
- [6] Adjunto da Direção do Agrupamento
- [7] Membro do Conselho Pedagógico
- [8] Membro do Conselho Geral

Esta equipa 'nuclear' contará com o apoio de uma comissão consultiva constituída por todos os coordenadores de departamento e representantes dos assistentes técnicos, dos assistentes operacionais, dos encarregados de educação e dos alunos dos cursos científico-humanísticos e do ensino profissional.

Auscultação e aconselhamento

Docentes coordenadores de departamento

- Anabela Rocha Vidal (Ciências Experimentais)
- Augusto Manuel Borges (Ciências Sociais e Humanas)
- Carlos Augusto Souto (Matemática)
- Henrique Jorge Fonseca (Língua Portuguesa)
- José António Flambó Afonso Batista (Línguas Estrangeiras)
- Lúgia Branca Pinto (1º Ciclo Ensino Básico)
- Manuel Heitor Reis (Expressões)
- Maria Manuela Esteves de Araújo Gonçalves (Educação Pré-Escolar)

Representantes dos alunos

- Luana Inês Figueiredo da Mota – 12º E, nº 12 → cursos científico-humanísticos
presidente da Associação de Estudantes
- Ana Lúcia Santos Batista – 3ºA, nº 11 → /cursos profissionais
delegada de turma do ensino profissional

Representantes dos encarregados de educação

- Melissa Alexandra Carvalho Lopes – Centro Escolar e Meio Rural: pré-escolar e 1º ciclo
presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de Santa Cruz-Trindade
- Maria Júlia Monteiro – Escola Nadir Afonso: 2º ciclo
vice-presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins
- Marcos José Simões Paquete – Escola Dr. Júlio Martins: 3º ciclo e secundário
presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins

Áreas de melhoria {em construção}

- **Monitorização do sucesso/insucesso educativo**

→ Maria José Teixeira, Gustavo Batista, Maria das Dores Paiva

Definição de metas de sucesso e identificação de fatores explicativos do (in)sucesso educativo;

Educação inclusiva [promoção da equidade e da inclusão];

[IGEC] “Resultados do ensino básico geral: percentagem dos alunos que conclui o 1º ciclo até quatro anos após a entrada no 1º ano; percentagem dos alunos que conclui o 2º ciclo até dois anos após a entrada no 5º ano: percentagem dos alunos com percursos diretos de sucesso no 3º ciclo”;

[IGEC] “Resultados do ensino secundário científico-humanístico: percentagem dos alunos com percursos diretos de sucesso no ensino científico-humanístico”.

- **Qualidade da formação profissional**

→ Mário Bragança

[IGEC] “Resultados do ensino secundário profissional: percentagem dos alunos que conclui o ensino secundário profissional até três anos após ingressar na oferta, entre os que vieram diretamente do 3º ciclo”;

Percentagem dos alunos que ingressam no mercado de trabalho;

Percentagem dos alunos que prosseguem os estudos.

- **Articulação interciclos de escolaridade**

→ Maria Beatriz Martins, Lígia Teixeira

Otimização da articulação entre os diversos níveis de escolaridade do Agrupamento, integrando alunos, professores e funcionários, em conformidade com as boas práticas de gestão dos recursos;

Observância da sequencialidade das aprendizagens nas transições de ciclo e na passagem do 9º ano para o ensino secundário: identificação das lacunas de aprendizagem evidenciadas pelos alunos nas disciplinas de continuidade;

Sinalização do percurso escolar dos alunos com ‘*défice*’ de aprendizagens;

Promoção do envolvimento dos pais na vida escolar dos alunos.

- **Contribuição do trabalho colaborativo para a melhoria da prática letiva**

→ João Florêncio Freitas

Mobilização para a partilha colaborativa na sala de aula, prioritariamente nas áreas curriculares onde são detetadas mais fragilidades (acentuado insucesso), mobilizando os professores disponíveis;

Implementação de procedimentos sistemáticos de observação de atividades/aulas entre pares, enquanto estratégia de melhoria das práticas pedagógicas;

Criação de mecanismos de monitorização da eficácia das práticas inclusivas;

Reflexão acerca das práticas que condicionam o sucesso/insucesso das aprendizagens.

→ Melhorar as práticas de trabalho colaborativo: dotar as áreas disciplinares de um conjunto de resultados sobre as práticas relativas à melhoria e à eficácia do planeamento.

- **Capacitação e inclusão digital da comunidade educativa**

→ António José Chaves

Educadores e docentes; pais; assistentes administrativos e operacionais
(Plano de Ação para a Transição Digital: Pilar I - Capacitação e inclusão digital das pessoas)

Capacitação digital de educadores e docentes

Promover a inovação e capacitar os educadores e os docentes para a realização de atividades com tecnologias digitais em diferentes modalidades de educação e ensino.

Programa Academia Digital para Pais (2ª edição)

Inclusão e literacia digital. Dotar as famílias de competências digitais básicas que facilitem o acompanhamento escolar dos filhos e lhes facultem ferramentas de integração social.

2 níveis de formação:

Nível I – Competências digitais básicas (8 horas).

Nível II – Segurança e Cidadania Digital (8 horas).

Projeto Educativo AEJM 2018/21

3. Diagnóstico estratégico (análise SWOT) * páginas 20-23

As informações que se seguem, relativamente aos pontos fortes e às áreas de melhoria, estão expressas no último relatório sobre os resultados da avaliação externa do AEJM, realizado pela equipa de avaliação da IGEC, na sequência da sua visita efetuada entre 13 e 16 de abril de 2015, de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 15/2012, de 27 de janeiro. As conclusões decorreram da análise dos documentos fundamentais do AEJM, da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Este diagnóstico estratégico assume-se como um instrumento dinâmico, apoiado em variáveis de contexto, de processo e de resultado, que interagem entre si e projetam informação diagnóstica e prospetiva, constituindo uma base de conhecimento contextualizado para as tomadas de decisão no âmbito da organização escolar, da implicação da comunidade educativa como um todo, na construção de respostas para o desenvolvimento organizacional e a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo AEJM.

3.1 - PONTOS FORTES

- A diferenciação de estratégias, o incentivo à melhoria das aprendizagens e a diversificação da oferta formativa/educativa, com impacto na redução das taxas de abandono e de desistência para um nível residual.
- A articulação entre docentes e serviços, designadamente nas áreas da psicologia e da saúde, na adequação das respostas educativas aos alunos e crianças com NE, com repercussão na sua integração e sucesso educativo.
- O papel ativo da criança na construção de aprendizagens em diversos contextos e a diversificação das atividades na educação pré-escolar, com reflexos no desenvolvimento da sua autoestima.
- A valorização da dimensão artística, designadamente da música, na vertente curricular e extracurricular, com efeito na formação integral dos alunos.
- As parcerias e projetos estrategicamente estabelecidos, com repercussão na motivação e inclusão dos alunos.
- A abrangência e a consolidação do processo de autoavaliação, com impacto na melhoria das práticas profissionais e na prestação do serviço educativo.

3.2 - ÁREAS DE MELHORIA

- A identificação dos fatores explicativos do (in)sucesso educativo, para melhor orientação da ação educativa/formativa do AEJM.
- A generalização de pedagogias ativas e experimentais e a regular monitorização das estratégias adotadas em contexto de sala de aula, com repercussão na qualidade das aprendizagens e nos resultados.

- A implementação de mecanismos de supervisão pedagógica e acompanhamento da prática letiva em sala de aula, como processo de melhoria da qualidade do ensino e de desenvolvimento profissional docente.
- O reforço da rendibilização dos saberes profissionais, com impacto na promoção do desenvolvimento dos docentes, em particular no âmbito da partilha e reconstrução de conceitos técnico-científicos para a melhoria das aprendizagens.

3.3 - CONSTRANGIMENTOS

- De acordo com os dados de referência disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência relativamente ao ano letivo 2012/2013, os valores das variáveis de contexto do AEJM quando comparados com os das outras escolas públicas do país, apresentam-se bastante desfavoráveis.
- A elevada percentagem de alunos que beneficiam da ação social escolar.
- Para além deste constrangimento, o AEJM identificou outros, conseqüentemente:
- Famílias disfuncionais que necessitam da intervenção da escola e de outras instituições que lhes possam proporcionar algum tipo de apoio social e económico.
- Deficiente preparação de alguns alunos em áreas fundamentais como a Língua Materna e Matemática em consonância com a falta de hábitos e métodos de trabalho.
- Desmotivação no percurso escolar de muitos alunos com origem em fatores diversos tais como: desvalorização do papel da escola e da importância da formação escolar, reduzida autoestima, desajuste entre os currículos e as vivências sociais e culturais dos alunos.
- Necessidade de consolidar as atividades de enriquecimento curricular e extracurricular de caráter cultural, informático e desportivo, suscetíveis de promover o interesse e a participação dos alunos.
- Formas de travar a indisciplina e promover o cumprimento de regras básicas de educação em todos os espaços escolares, assim como em ambiente de sala de aula.
- Fraco nível de participação da comunidade ao nível das estruturas intermédias na articulação entre ciclos, na promoção de tempos e espaços destinados à reflexão e ao diálogo.
- O concelho a que o AEJM pertence apresenta uma situação demográfica deveras preocupante, uma vez que, a população tem vindo a apresentar saldos fisiológicos negativos.

3.4 - OPORTUNIDADES

- Verifica-se um acréscimo de alunos no 3.º ciclo do ensino básico.
- Verifica-se um equilíbrio no ensino secundário, com o aparecimento de cursos CEF e profissionais.
- Estruturas intermédias (CT/reuniões).

* SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*
em português: FOFA – *Forças, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças*

Cursos Profissionais | Relatório [síntese] 2018

Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins - Chaves

Área Territorial de Inspeção do Norte

Visita inspetiva: de 12 a 16 de março de 2018

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...]

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E CAPACIDADE DE MELHORIA DA ESCOLA

[...]

2.- Monitorização e avaliação dos resultados

2.1. Apesar da equipa de autoavaliação integrar um representante do ensino profissional, os relatórios anuais observados, do último triénio, revelam que o Agrupamento não definiu indicadores que garantam a qualidade das aprendizagens e da formação profissional.

3.- Capacidade de melhoria

3.1. O Agrupamento anualmente elabora um Plano de Melhoria que todos os anos letivos tem sido revisitado e no qual se identificam as áreas de intervenção prioritária e se estabelecem metas e as ações de melhoria a implementar mas carecendo de calendarização. Acresce que este documento não aborda o ensino profissional. Em suma, não foram ainda elaborados planos de ação suficientemente concretos que visem o funcionamento e o sucesso escolar nos cursos profissionais e que contemplem as áreas de melhoria, os objetivos e as metas a serem alcançados, as ações a desenvolver e respetiva calendarização, as tarefas específicas a serem executadas em cada uma das ações, os responsáveis para a tarefa ou tarefas, os indicadores de realização dos objetivos e das metas e a avaliação do seu impacto.

[...]

RECOMENDAÇÕES/SUGESTÕES DE MELHORIA

Atentas as considerações finais e com o objetivo de contribuir para a correção/aperfeiçoamento de procedimentos, tendo em vista a sua conformidade legal e a melhoria da qualidade da ação educativa, a equipa inspetiva apresenta as seguintes recomendações/sugestões de melhoria.

[...]

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E CAPACIDADE DE MELHORIA DA ESCOLA

1. Assegurar que a monitorização e avaliação dos resultados dos cursos profissionais assentam em indicadores que garantam a qualidade das aprendizagens e da formação profissional.

2. Garantir que a análise dos resultados escolares dos cursos profissionais, nas diferentes estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica e pela equipa de avaliação interna identifiquem:
 - as componentes curriculares por curso, onde se verificou sucesso ou insucesso e ponderar as razões explicativas;
 - as variáveis que contribuíram para o sucesso obtido pelos formandos que concluíram o curso em três anos;
 - as razões que explicam a percentagem de formandos que não concluíram o curso em três anos;
 - os fatores explicativos das desistências/abandono escolar;
 - a aceitação externa do nível de formação prestado e a satisfação das necessidades formativas do tecido económico e social e a articulação com as empresas locais no sentido de proporcionar a inserção no mercado de trabalho dos formandos que concluíram os cursos, tomando como referência as taxas de empregabilidade na área de educação e formação.
3. Integrar sistemática e coerentemente os cursos profissionais no processo de avaliação interna/autoavaliação do Agrupamento, de modo a que sejam construídos planos de ação que identifiquem claramente as áreas de melhoria, os objetivos e as metas a alcançar, as ações a desenvolver e respetivo calendário, as tarefas específicas a serem executadas por ação, os responsáveis por tarefa, os indicadores da realização dos objetivos e das metas e a avaliação do seu impacto, divulgando-os e dando conhecimento do seu desenvolvimento à comunidade educativa, em conformidade com o artigo 14.º, da Portaria n.º 74-A/2013, de 15 de fevereiro, e respetivas alterações, conjugado com a alínea c), do n.º 2, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas e aditadas pelos artigos 2.º e 3.º, do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

IGEC, 20-03-2018

A equipa inspetiva: António Osório e Carlos Miranda

Gestão do Currículo:

Ensino Experimental das Ciências | Relatório [síntese] 2019

Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins - Chaves

Área Territorial de Inspeção do Norte

Visita inspetiva: de 25 a 29 de março de 2019

MÓDULO A – CARATERIZAÇÃO DOS RECURSOS

A.1. Material e equipamento

Aspeto a melhorar

- Assegurar a colocação de equipamentos de segurança, designadamente chuveiro e unidade de lava-olhos nos laboratórios de Ciências Naturais e de Físico-Química da escola sede e da Escola Básica EB Nadir Afonso, assim como balde de areia nesta última.

A.2. Formação contínua no âmbito do ensino experimental das ciências

Aspeto a melhorar

- Adequar a formação contínua dos educadores e dos docentes do ensino básico, no âmbito do ensino experimental das ciências, com vista à utilização mais frequente de trabalho prático, nomeadamente de campo.

MÓDULO B - PLANEAMENTO CURRICULAR NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS

B.1. Documentos curriculares estruturantes da Escola

Aspeto a melhorar

- Aprofundar a dinâmica do “Centro de Apoio à Aprendizagem” como recurso de desenvolvimento da cultura científica, e de linhas de atuação para a inclusão e a sua monitorização.

B.2. Planeamento pedagógico

Aspetos a melhorar

- Incluir, no planeamento pedagógico de todos os níveis de educação e ensino, linhas de atuação que garantam que todas as crianças e alunos acedem ao currículo e participam de modo efetivo nos trabalhos práticos, designadamente, de base laboratorial, experimental e de campo.
- Explicitar, nos documentos de planeamento da educação pré-escolar, dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos, a articulação interdisciplinar, de forma a considerar e valorizar, no âmbito das atividades de trabalho prático, os saberes das diversas áreas/disciplinas, incluindo Cidadania e Desenvolvimento.
- Aprofundar, no planeamento pedagógico, de forma explícita, o preconizado no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, na disciplina de Ciências Naturais, nomeadamente o que respeita às dez áreas de competências.
- Considerar, no planeamento pedagógico as decisões tomadas em relação à consolidação, o aprofundamento e o enriquecimento das Aprendizagens Essenciais, com recurso aos demais documentos curriculares em vigor.

MÓDULO C – PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM CIÊNCIAS

Aspetos a melhorar

- Aprofundar a utilização de metodologias que recorram a trabalho de base experimental e de campo que permitam o desenvolvimento de capacidades que impliquem a formulação e a investigação de questões-problema, a elaboração de protocolos/procedimentos experimentais/guiões simples e a identificação e

controlo de variáveis, por parte das crianças e alunos, nas práticas educativas e letivas.

- Contextualizar, sobretudo nos 2.º e 3.º ciclos, o desenvolvimento do trabalho prático numa perspetiva integradora CTSA – Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente e sistematizar o diagnóstico das conceções alternativas dos alunos.
- Explicitar, designadamente nos 2.º e 3.º ciclos, no início de cada aula, os objetivos (saber, saber fazer, saber estar) e os critérios de avaliação para as capacidades científicas a desenvolver, possibilitando aos alunos uma maior autorregulação das aprendizagens.

MÓDULO D – AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS DAS CIÊNCIAS

Aspetos a melhorar

- Alargar os procedimentos da aferição dos critérios de avaliação dos alunos, considerando as aprendizagens adquiridas por estes, nas atividades práticas, de índole experimental e laboratorial, no Estudo do Meio, a todos os estabelecimentos do 1.º ciclo e de trabalho de campo, em todos os níveis e ciclos de ensino.
- Consolidar a articulação entre os procedimentos, técnicas e instrumentos de avaliação formativa com as tarefas/atividades implementadas, visando a melhoria consistente dos desempenhos dos alunos nos domínios cognitivos que exigem operações mentais mais complexas.

MÓDULO E – SUPERVISÃO DA PRÁTICA LETIVA E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS EM CIÊNCIAS

Aspetos a melhorar

- Criar, no âmbito das ciências, mecanismos de monitorização da eficácia das práticas inclusivas.
- Ponderar a implementação de procedimentos sistemáticos de observação de atividades/aulas, entre pares, com enfoque no trabalho prático, enquanto estratégia de melhoria das práticas pedagógicas em ciências e de desenvolvimento profissional docente.
- Estabelecer mecanismos de monitorização do impacto da formação realizada pelos docentes, nas suas práticas letivas, tendo em vista a melhoria da ação educativa e a promoção da cultura científica.

IGEC, 01-04-2019

A equipa inspetiva: Maria Zita Nunes Miranda de Oliveira e António Osório

Avaliação Pedagógica no Ensino Secundário
Acompanhamento do Trabalho nas Escolas | Ficha-Síntese – Aprofundamento 2020
Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins - Chaves
Área Territorial de Inspeção do Norte
Visita inspetiva: de 24 a 27 de novembro de 2020

I – Melhorias alcançadas desde a última intervenção

Desde a última intervenção, verificou-se que a Escola continua a mobilizar os docentes para a realização de formação contínua no âmbito do Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA), com resultados positivos ao nível da reformulação dos processos de avaliação.

Ressalva-se também:

- A informação atempada e o *feedback* dados aos alunos, que lhes permite perceber o que têm de aprender e o modo como serão avaliados.
- O reforço positivo e a monitorização constante do desempenho dos alunos, efetuado através da observação direta ou da correção de testes, fichas e trabalhos, que possibilita aos docentes a regulação do processo de ensino e de aprendizagem.

II – Aspetos ainda a implementar e/ou desenvolver pela Escola

1. Avaliação no planeamento do ensino e da aprendizagem

- Aprofundamento do processo de ajustamento dos critérios de avaliação definidos ao Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) e às Aprendizagens Essenciais (AE) referentes ao Ensino Secundário, considerando um perfil de aprendizagens específicas para cada ano de escolaridade, a importância relativa que cada um dos domínios/temas assume nas AE e descritores de desempenho, em consonância com as áreas de competência inscritas no PASEO.

2. Avaliação na realização do ensino e da aprendizagem

- Utilização sistemática e consistente da auto e heterorregulação nos processos de ensino e de aprendizagem, de modo a potenciar a diferenciação pedagógica, a autonomia e o espírito crítico.

3. Impacto da avaliação no processo de ensino e de aprendizagem

- Fundamentação ponderada, criteriosa e transparente do juízo global sobre a qualidade das aprendizagens realizadas pelos alunos.

IGEC, 2020

Inspetor: Carlos Miranda